

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

FORMAR PARA INCLUIR: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL E EM PORTUGAL

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), <https://orcid.org/0000-0003-4293-3477>, Brasil, mariana.acorse@unesp.br

Renan Leite Oliveira da Silva, TESIS Portugal, <https://orcid.org/0000-0001-8766-6398>, Portugal, reenan.leitte@gmail.com

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0000-1628-6202>, Brasil, elisamara.carvalho@edu.unirio.br

Thuanny Dourado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0005-3467-5895>, Brasil, thuannydourado@edu.unirio.br

Carolina Mendonça, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), <https://orcid.org/0009-0004-0331-0300>, Brasil, carolina.mendonca@uerj.br

Deise Sabbag, Universidade Estadual Paulista (UNESP), <http://orcid.org/0000-0001-6392-4719>, Brasil, deise.sabbag@unesp.br

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A promoção da inclusão de pessoas com deficiência em diversos contextos sociais tem alcançado crescente relevância na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Atualmente, acessibilidade e inclusão figuram como temas amplamente discutidos, sobretudo no que diz respeito à eliminação de barreiras que limitam o acesso pleno e a participação efetiva dos indivíduos em diferentes espaços sociais, entre eles, os serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Essa perspectiva amplia o conceito de acessibilidade, inserindo-o na dimensão de direitos humanos e justiça social. A construção de ambientes verdadeiramente acessíveis,

nesse contexto, exige o enfrentamento de preconceitos e estigmas historicamente associados à deficiência. As bibliotecas, portanto, não apenas ofertam serviços, mas também precisam atuar como espaços de sensibilização, aprendizado e transformação cultural.

No campo da Ciência da Informação, a acessibilidade não se resume à superação de barreiras físicas e tecnológicas, mas se articula com a garantia de acesso à informação com integridade, ou seja, com exatidão, confiabilidade, autenticidade, completude e imparcialidade, conforme estabelecido por normas internacionais como a ISO/IEC 27001 e pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Nações

Unidas, 2023) em sua agenda para o combate à desinformação. A integridade da informação, nesse sentido, representa um valor fundamental para assegurar que todos os indivíduos — inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade — tenham acesso a conteúdos significativos, compreensíveis e que respeitem os princípios éticos e sociais.

As bibliotecas, enquanto instituições fundamentais para o acesso à informação e à produção do conhecimento, exercem um papel estratégico no fortalecimento da diversidade, da acessibilidade e da inclusão. Nesse sentido, a implementação de estratégias inclusivas nas bibliotecas é indispensável, pois contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa e acessível. Para atender a essas demandas, torna-se essencial que essas instituições desenvolvam serviços, recursos e práticas que contemplem as necessidades específicas de públicos diversos, assegurando o direito à informação e possibilitando processos de aprendizagem significativos.

A Biblioteconomia, como campo científico e profissional, tem papel fundamental nesse processo, uma vez que atua diretamente na democratização do conhecimento e na valorização da diversidade, elementos centrais para o fortalecimento de uma cultura de inclusão.

Os profissionais da área, por sua vez, assumem responsabilidade central nesse contexto, na medida em que são os principais agentes na formulação e execução de políticas, projetos e serviços voltados à garantia do acesso equitativo à informação. Por meio da adoção de abordagens acessíveis e inclusivas, profissionais da Biblioteconomia podem contribuir efetivamente para a redução das desigualdades informacionais e para a promoção da justiça social, reafirmando o papel da biblioteca como instituição de relevância social emancipadora.

Contudo, é preciso reconhecer que a exclusão informacional pode se manifestar de forma mais sutil, por meio da produção e

disseminação de desinformação, da falta de curadoria ética da informação ou da ausência de gestão estratégica de conteúdos acessíveis. Por isso, a formação dos profissionais de Biblioteconomia deve incorporar competências éticas, críticas e técnicas que os preparem para atuar em um ambiente informacional cada vez mais complexo, no qual acessibilidade e integridade da informação se entrelaçam de forma indissociável.

A formação em Ciência da Informação, dada sua natureza interdisciplinar, exige diálogo constante com campos como a Educação, a Sociologia, os Direitos Humanos e as Tecnologias Digitais. Essa articulação é essencial para enfrentar desafios contemporâneos, como a desinformação, a exclusão digital e a gestão ética da informação. Nesse sentido, ampliar a discussão sobre acessibilidade para além da Biblioteconomia, integrando-a às competências estratégicas da Ciência da Informação, permite abordar lacunas formativas que impactam a atuação profissional em diferentes contextos informacionais (Tarapanoff, 2004; Floridi, 2010). Assim, este estudo busca também refletir sobre como os programas de pós-graduação podem preparar os profissionais para atuar em ecossistemas informacionais complexos, onde a inclusão se entrelaça com demandas por integridade, governança e mediação crítica da informação.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de que os profissionais da Ciência da Informação sejam capacitados para lidar com as questões de inclusão e acessibilidade em bibliotecas.

Diante desse panorama, surge o problema da pesquisa: os bibliotecários do Brasil e de Portugal recebem suporte teórico e pedagógico voltados à inclusão e à acessibilidade durante sua formação na pós-graduação?

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar se os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil e em Portugal, incorporam em sua grade de formação conteúdos voltados à acessibilidade

e à inclusão, de modo a capacitar os profissionais a atuarem em bibliotecas com práticas inclusivas e acessíveis através da oferta de serviços diversificados voltados às comunidades.

E como objetivos específicos:

- a) analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação das universidades de Portugal;
- b) analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais do Brasil;
- c) comparar as ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais do Brasil com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação de Portugal.
- d) discutir como os desafios formativos identificados se relacionam com as competências interdisciplinares exigidas pela Ciência da Informação no século XXI, considerando campos como ética informacional, gestão de dados e inclusão digital.

Considerando que o objetivo final da Biblioteconomia, como uma Ciência da Informação, é salvaguardar o conhecimento para permitir a sua recuperação e seu acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou características individuais, a pesquisa se justifica pela necessidade de discutir a formação dos profissionais da Biblioteconomia como agentes e ativistas sociais.

2 Referencial Teórico

Ao longo da história, a condição de ser diferente foi frequentemente utilizada como pretexto para excluir e segregar pessoas com deficiência. Esses indivíduos eram ridicularizados, vistos como doentes, incapazes e até mesmo como um risco para a sociedade. Essa opressão limitava o convívio social e fortalecia a desigualdade (Maior, 2017).

Diante do histórico de exclusão vivenciado pelas pessoas com deficiência, os profissionais da Biblioteconomia, enquanto mediadores do conhecimento e da informação, assumem um papel estratégico na construção de práticas que revertam esse legado de desigualdade. Sua atuação, pautada no compromisso ético com a inclusão, exige uma formação sólida e contínua que os capacite a identificar e eliminar barreiras, sejam físicas, tecnológicas e comunicacionais, que ainda estejam a limitar o acesso pleno aos serviços e recursos oferecidos pelas bibliotecas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a 8,9% da população (Brasil, 2023). Já Portugal, de acordo com o censo de 2021, possui 1,1 milhões de pessoas que declaram ter algum tipo de incapacidade, correspondendo a 10,9% da população total (Portugal, 2023). Esses dados levantam a necessidade da inclusão de disciplinas, nos cursos de pós-graduação, que contribuam na formação de mestres e doutores em Ciência da Informação capazes de atender as necessidades das pessoas com deficiências nas bibliotecas e na formação de novos profissionais da Biblioteconomia.

Nesse sentido, é imprescindível que os profissionais da Biblioteconomia recebam, nos cursos de pós-graduação, competências técnicas e humanas voltadas à promoção da acessibilidade, contribuindo não apenas para a democratização da informação, mas também para o fortalecimento da biblioteca como espaço de transformação social e de afirmação dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que, além das adaptações estruturais e tecnológicas, o atendimento às pessoas com deficiência exige uma capacitação eficaz dos profissionais, capaz de suprir suas necessidades específicas. Para isso, é fundamental a implementação de políticas inclusivas que assegurem o direito à informação e promovam a autonomia dos usuários (Wellichan & Aquino, 2024). A inclusão de conteúdos voltados à acessibilidade nos programas de pós-

graduação em Ciência da Informação revela-se, portanto, uma estratégia essencial para qualificar profissionais da Biblioteconomia como agentes ativos na promoção da equidade informacional.

A acessibilidade e a inclusão constituem pilares essenciais para que as bibliotecas cumpram, de maneira efetiva, sua missão social de garantir o acesso equitativo à informação, à leitura, à educação e ao conhecimento a todos os indivíduos, sem distinção. Em uma sociedade marcada por transformações contínuas e pela consolidação da diversidade como um valor inalienável, torna-se imperativo que as bibliotecas, enquanto instituições mediadoras do saber, estejam estruturadas para acolher e atender adequadamente às múltiplas demandas de seu público, considerando as diferentes realidades sociais, culturais, físicas, sensoriais e cognitivas. Assim, não se trata apenas de adaptar estruturas, mas de transformar concepções, práticas e paradigmas, alinhando-se aos princípios de equidade, dignidade humana e democratização do conhecimento. A construção de uma biblioteca verdadeiramente acessível e inclusiva é, portanto, um desafio contínuo, que demanda não apenas investimentos técnicos e financeiros, mas, sobretudo, sensibilidade social, compromisso político e responsabilidade institucional.

Acessibilidade é o conceito que se fundamenta na premissa de assegurar o acesso pleno, equitativo e a participação efetiva de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou de qualquer outra natureza, nos diversos âmbitos da vida social. Esse princípio, intrinsecamente vinculado à defesa dos direitos humanos, objetiva a superação de barreiras — sejam elas de ordem arquitetônica, comunicacional, atitudinal ou informacional — que historicamente excluíram pessoas com deficiência ou com necessidades específicas dos espaços sociais, educacionais e culturais. Assim, promove-se a inclusão em condições de igualdade, consolidando um modelo de sociedade mais justa, diversa e acessível, no

qual o direito à informação e à participação cidadã é garantido a todos (Brasil, 2022).

No âmbito das bibliotecas, a acessibilidade deve ser concebida como um constructo multidimensional, diretamente vinculado ao direito universal à informação e à plena inclusão social. Nesse contexto, destacam-se seis categorias fundamentais de acessibilidade, conforme proposto por Sassaki (2005): a **acessibilidade programática**, que se refere à conformidade com legislações, regulamentos e políticas institucionais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência; a **acessibilidade arquitetônica**, relacionada às adequações físicas e estruturais dos espaços bibliotecários para garantir a livre circulação e o acesso a todos os ambientes; a **acessibilidade instrumental**, que envolve a disponibilização de tecnologias assistivas e recursos técnicos que favoreçam a autonomia dos usuários com necessidades específicas; a **acessibilidade metodológica**, que contempla a adaptação de estratégias, práticas pedagógicas e processos de mediação da informação, visando atender à diversidade dos perfis de usuários; a **acessibilidade atitudinal**, que demanda a superação de barreiras comportamentais, a promoção da empatia e o desenvolvimento de posturas profissionais inclusivas; e, por fim, a **acessibilidade comunicacional**, que compreende o uso de linguagens e recursos acessíveis, tais como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), audiodescrição, legendagem e materiais em formatos alternativos.

Essas dimensões, quando integradas de forma sistêmica ao planejamento e à gestão das bibliotecas, não apenas promovem a equidade no acesso à informação, mas também consolidam essas instituições como espaços democráticos, culturalmente sensíveis e socialmente responsáveis (Dudziak, 2003; Neri, 2017). Dessa maneira, as bibliotecas reafirmam seu papel enquanto agentes de inclusão e cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A acessibilidade, no contexto da Ciência da Informação, deve ser compreendida como o conjunto de condições que possibilitam a todos

os indivíduos — independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas, culturais ou sociais — o uso autônomo, seguro e eficiente de espaços, produtos, serviços e conteúdos informacionais. Essa concepção está alinhada à perspectiva da inclusão informacional, que pressupõe a eliminação de barreiras e a promoção da equidade no acesso à informação, considerada um direito fundamental (Bueno & Santos, 2019).

Segundo Ferreira e Cianconi (2011, apud Brito, 2023), a acessibilidade implica a criação de ambientes utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, respeitando as diferenças humanas e promovendo a participação plena de todos nos contextos sociais, culturais e informacionais. No campo das bibliotecas, essa abordagem é ainda mais relevante, uma vez que esses espaços devem garantir o acesso democrático ao conhecimento, por meio de recursos acessíveis, mediação qualificada e políticas institucionais comprometidas com a diversidade e a inclusão (Dudziak, 2003; Sassaki, 2010).

Dessa forma, a acessibilidade transcende a mera adaptação física dos ambientes, abrangendo também aspectos comunicacionais, atitudinais e tecnológicos, consolidando-se como princípio estruturante para o desenvolvimento de práticas biblioteconômicas inclusivas e socialmente responsáveis (Neri, 2017).

A inclusão é o ato de incluir pessoas com deficiência na sociedade, tanto no trabalho, como no cuidado diário de pessoas com deficiência em situação de pobreza (ONUBR, 2013). Ao longo dos séculos, as bibliotecas vêm modificando seu conceito, estrutura, missão e estratégias em função das mudanças na sociedade (Barbosa, 2016, pp.10).

A acessibilidade e a inclusão constituem valores estruturantes que devem ser transversalmente incorporados às práticas de planejamento, gestão e operacionalização dos serviços bibliotecários. Nesse sentido, a adoção de uma abordagem centrada no usuário, fundamentada nos princípios da

equidade, da justiça social e do respeito à diversidade, configura-se como uma estratégia essencial para que as bibliotecas se afirmem como instituições socialmente relevantes e responsivas às demandas contemporâneas. Ao promoverem ambientes informacionais inclusivos e acessíveis, essas instituições não apenas democratizam o acesso ao conhecimento, mas também potencializam o empoderamento de indivíduos e coletividades, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento humano e social em um contexto marcado por crescente complexidade, pluralidade e interdependência (Thompson & Singh, 2019).

A discussão sobre inclusão precisa ser compreendida a partir do modelo social da deficiência, que critica o paradigma médico-individual da incapacidade e enfatiza que é a sociedade, com suas barreiras atitudinais, arquitetônicas e informacionais, que produz a exclusão (Pletsch, 2019; Diniz, Barbosa & Santos, 2009). Isso implica compreender a deficiência como uma construção social que exige transformações sistêmicas e estruturais. O bibliotecário, nesse contexto, deve estar instrumentalizado com abordagens críticas e interdisciplinares, conforme defendem Sassaki (2010) e Garland-Thomson (2002), ampliando sua visão para além do cumprimento técnico de normas de acessibilidade, assumindo uma postura emancipadora frente aos direitos das pessoas com deficiência.

A interdisciplinaridade na formação em Ciência da Informação é um pressuposto para abordar a acessibilidade de forma integral. Autores como Capurro (2007) e Floridi (2010) destacam que a ética informacional e a gestão estratégica da informação são pilares para construir ambientes inclusivos, exigindo dos profissionais competências que transcendem a técnica biblioteconômica. Por exemplo, a mediação de conflitos cognitivos gerados pela desinformação (Silva & Ribeiro, 2021) ou a implementação de políticas de governança de dados (Marchand & Horton, 1986) requerem conhecimentos de Sociologia da Informação, Direito e Tecnologia Assistiva. Essa perspectiva ampliada evidencia que a inclusão não é um

tema restrito à adaptação física de espaços, mas sim um desafio sistêmico que demanda articulação entre saberes diversos para garantir a equidade informacional.

A literatura especializada aponta que a acessibilidade não deve se limitar à arquitetura das bibliotecas, mas incluir também o acesso à informação em diversos formatos, o uso de tecnologias assistivas, e a mediação qualificada dos profissionais (Santos & Almeida, 2020; Bersch, 2012). Nesse aspecto, as bibliotecas universitárias, em especial, ocupam um papel decisivo na consolidação de práticas inclusivas, pois são ambientes privilegiados de produção e disseminação do conhecimento. No entanto, estudos apontam que a formação dos bibliotecários ainda apresenta fragilidades nesse campo (Galvão & Ribeiro, 2014; Oliveira & Ferreira, 2017).

Henriques (2023) observa que tanto a graduação quanto a pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil carecem de conteúdos específicos sobre acessibilidade, o que compromete a atuação prática dos bibliotecários em ambientes inclusivos. Em outro estudo, Henriques et al. (2024) reforçam essa lacuna ao comparar programas nacionais com instituições estrangeiras, como a iSchool da Universidade de Washington. A ausência de disciplinas voltadas à inclusão contribui para a manutenção de bibliotecas despreparadas, refletindo em desigualdades informacionais.

O papel social da biblioteca pública, nesse cenário, ganha nova relevância. Segundo Bernardino e Suaiden (2011), tais instituições devem se constituir como espaços inclusivos por excelência, capazes de articular informação e conhecimento com os princípios da equidade e da justiça social. Essa perspectiva exige dos profissionais competências críticas e sensibilidade sociocultural, características que precisam ser fomentadas desde a formação inicial e aprofundadas na pós-graduação.

Estudos recentes também apontam para a importância de políticas institucionais de inclusão no ensino superior, que impactam diretamente a formação docente e discente

(Freitas, 2017; Oliveira & Anache, 2019). Tais políticas devem ser acompanhadas de estratégias pedagógicas acessíveis, currículos inclusivos e formação continuada. Glat e Blanco (2007) destacam que, embora haja avanços na América Latina, ainda são grandes os desafios para consolidar a educação inclusiva como diretriz estruturante das universidades.

Outro ponto crucial refere-se ao uso de tecnologias assistivas nas bibliotecas. Essas ferramentas ampliam o acesso à informação por pessoas com deficiências visuais, auditivas ou motoras, mas exigem formação técnica dos profissionais para operá-las e mediá-las adequadamente (Bersch, 2012; Zallio & Ohashi, 2022). A presença dessas tecnologias, contudo, nem sempre é acompanhada da devida capacitação, o que limita seu potencial transformador.

Além disso, a produção científica sobre acessibilidade digital e práticas inclusivas em ambientes tecnológicos tem crescido significativamente, como mostram os estudos de Mack *et al.* (2021) e Bi *et al.* (2021), que indicam a necessidade de uma abordagem mais sistemática sobre inclusão em contextos computacionais e informacionais.

Por fim, o levantamento estatístico realizado pelos governos do Brasil e de Portugal (Brasil, 2023; Portugal, 2023) evidencia a urgência de políticas públicas robustas, que articulem formação, infraestrutura e direitos. Tais dados devem servir de base para o planejamento de ações institucionais e acadêmicas que visem promover, de forma efetiva, a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços de informação e de produção do saber.

Além dessas dimensões técnicas e estruturais, é necessário ampliar a compreensão da acessibilidade no campo da Ciência da Informação, incorporando discussões mais recentes sobre desinformação, ética informacional e gestão estratégica da informação. Esses aspectos são centrais para garantir não apenas o acesso físico, mas também a integridade, confiabilidade e

relevância da informação disponibilizada pelas bibliotecas.

A atuação dos bibliotecários na promoção da inclusão informacional deve ser compreendida também à luz das teorias e práticas da Ciência da Informação, especialmente nos campos da ética, da mediação informacional, da desinformação e da gestão estratégica da informação. Tais abordagens evidenciam que a acessibilidade não se limita a aspectos físicos ou tecnológicos, mas envolve também a qualidade, a veracidade e a utilidade da informação ofertada aos usuários (Capurro, 2007; Floridi, 2010).

A desinformação, fenômeno amplamente discutido na atualidade, representa uma barreira silenciosa à inclusão, pois reforça estigmas, promove deslegitimações e dificulta o acesso ao conhecimento confiável por parte das minorias, inclusive pessoas com deficiência. Segundo Castells (2009), vivemos em uma sociedade em rede, onde a circulação de dados é acelerada, mas nem sempre acompanhada de critérios éticos e de responsabilidade social. Nesse sentido, a formação dos profissionais da informação deve contemplar competências críticas para o combate à desinformação e para a construção de ambientes informacionais confiáveis, participativos e seguros (Silva & Ribeiro, 2021).

A ética informacional, conforme Capurro (2007), consiste em uma reflexão crítica sobre os valores, normas e decisões que permeiam o uso, o compartilhamento e a mediação da informação. O compromisso ético, portanto, deve orientar tanto as práticas profissionais quanto os currículos dos cursos de formação em Ciência da Informação. A acessibilidade, nesse contexto, é também uma questão ética, pois implica o reconhecimento do direito de todos ao acesso à informação relevante, compreensível e contextualizada.

Outro aspecto relevante é a gestão estratégica da informação, campo que enfatiza o uso inteligente da informação para promover inovação, equidade e desenvolvimento institucional (Marchand & Horton, 1986; Tarapanoff, 2000). As bibliotecas,

especialmente as universitárias e públicas, devem gerir seus recursos informacionais com base em diagnósticos das necessidades dos usuários, garantindo que os serviços ofertados estejam alinhados com as demandas de grupos em situação de vulnerabilidade ou exclusão.

Como destaca Tarapanoff (2004), o profissional da informação precisa desenvolver competências não apenas técnicas, mas também estratégicas, sociais e comunicacionais, para atuar de forma eficaz em contextos complexos e dinâmicos. Essa perspectiva amplia o entendimento da acessibilidade como parte de um ecossistema informacional mais amplo, no qual o bibliotecário atua como articulador de saberes, mediador de conflitos cognitivos e gestor do capital informacional da comunidade.

A articulação entre inclusão, ética e gestão informacional exige, portanto, uma abordagem curricular integrada nos cursos de pós-graduação, que reconheça a interdependência entre os aspectos físicos, simbólicos e estratégicos da informação. Ao formar profissionais capazes de lidar com essas dimensões de maneira crítica e reflexiva, a Ciência da Informação contribui para a construção de ambientes mais justos, participativos e acessíveis.

3 Procedimentos Metodológicos

Para que a pesquisa alcance o objetivo desejado, é necessário utilizar uma metodologia que defina os caminhos a percorrer. Com o intuito de delinear o panorama da formação voltada à acessibilidade e inclusão nos serviços de bibliotecas, esta pesquisa classifica-se como exploratória, pois visa identificar padrões, ideias e hipóteses a partir de um campo ainda pouco estudado de forma sistemática. Segundo Braga (2007, p. 25), a pesquisa exploratória “[...] tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”. O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de mapear como a inclusão e

a acessibilidade vêm sendo inseridas nos currículos da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e em Portugal, especialmente nos cursos de formação de bibliotecários.

Além disso, trata-se também de uma pesquisa descritiva, uma vez que busca caracterizar os conteúdos abordados nos programas analisados, descrever as práticas curriculares relacionadas à temática da inclusão e identificar a presença (ou ausência) de componentes específicos voltados à acessibilidade. Conforme Braga (2007, p. 25), a pesquisa descritiva visa “[...] identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos”.

A abordagem adotada é qualitativa, pois a análise dos dados não pretende quantificar fenômenos em larga escala, mas sim compreender a profundidade e a complexidade com que os temas são tratados nas estruturas curriculares. A análise fundamentou-se no levantamento bibliográfico e documental realizado a partir de fontes como: artigos científicos, publicações institucionais, portais das universidades e acesso direto às ementas das disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação.

A amostra é não probabilística e intencional, composta por programas de pós-graduação que, em suas ementas, indicaram abordar de forma direta ou indireta os temas “acessibilidade”, “inclusão”, “deficiência”, “direitos humanos”, “bibliotecas inclusivas” ou “serviços acessíveis”. No Brasil, foram analisadas as universidades federais com programas *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES em Ciência da Informação, em Henriques *et al.* (2024). Em Portugal, foram examinados os programas de Mestrado e Doutorado da Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

A análise dos planos de estudos e das ementas baseou-se nos seguintes critérios de inclusão:

- Presença explícita de termos relacionados à acessibilidade ou inclusão nas ementas;
- Indicação de conteúdos voltados à formação para atendimento de públicos com deficiência;
- Existência de módulos, tópicos ou bibliografias relacionadas às práticas inclusivas em bibliotecas;
- Indicação de competências humanas e sociais nos objetivos da disciplina.

Após a coleta dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo temática das ementas, com base na categorização proposta por Bardin (2011), o que possibilitou identificar o grau de aderência dos conteúdos curriculares aos princípios de acessibilidade e inclusão.

A fundamentação metodológica baseou-se em Marconi & Lakatos (2019), no que tange à pesquisa bibliográfica e documental, e em Dutra *et al.* (2015), que defendem a articulação entre análise de dados secundários e categorização temática para construção de conhecimento científico em áreas aplicadas. Os dados foram organizados em planilhas digitais e submetidos à leitura flutuante, categorização inicial e refinamento das categorias, conforme proposta de Bardin (2011), com validação por pares entre os autores da pesquisa.

4 Resultados Finais

Em uma pesquisa anterior foram analisados cursos de graduação em Biblioteconomia em universidades federais do Brasil (Henriques, 2023), e cursos de pós-graduação das universidades federais brasileiras (Henriques *et al.*, 2024, pp.330). Observamos uma carência significativa de disciplinas que abordem acessibilidade e inclusão nos currículos, tanto na formação inicial quanto na continuada, apresentando dessa forma uma lacuna formativa que compromete diretamente a atuação dos bibliotecários na promoção de práticas inclusivas, resultando em bibliotecas despreparadas para atender adequadamente a necessidade individualizada da pessoa com deficiência.

O quadro 1 apresenta os 06 programas de pós-graduação brasileiros que abordam o tema de acessibilidade e inclusão de alguma forma em suas ementas.

Quadro 1: Acessibilidade e inclusão na pós-graduação das universidades brasileiras

PROGRAMA/ UNIVERSIDADE	DISCIPLINA/EMENTA
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Univrsidade Fedral do Ceará)	Tecnologias da Informação e Inclusão Social e Digital: Letramento, diversidade e inclusão digital, mediante o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Educação. O <i>software</i> livre e o combate à exclusão digital. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a Educação a Distância (EaD) no processo de aprendizagem colaborativa e educação permanente.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal da Bahia)	<p>Informação, Cultura e Sociedade: Cultura, sociedade e o fenômeno informacional da sociedade contemporânea. Redes sociais de conhecimento, comunidades e transversalidade. Construção social da informação como processo histórico e seus marcos contemporâneos. Relações entre poder e ideologia na construção do conhecimento. Inclusão digital e a responsabilidade social da Ciência da Informação.</p> <p>Transferência da informação: conceitos e tendências. Análise de mecanismos e estruturas de transferência da informação. Mediação humana e filtragem da informação. Tipos e usos de fontes de recuperação da informação. Fatores de acessibilidade e disponibilidade de informação.</p>
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal da Paraíba)	Informação e Inclusão Social: A informação como fenômeno modificador de realidades. Os desafios da inclusão na sociedade em rede. O caráter epistemológico das ações de informação. Inclusão informacional para inclusão social . Ações de informação como políticas de inclusão social . A apropriação da informação para inclusão social .

Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (Universidade do Estado de Santa Catarina)	Educação, Informação e Inclusão: Princípios teóricos e curriculares da Educação no Brasil. Cidadania, legislação educacional, Inclusão e exclusão. Informação e desinformação. Processos educativos e experiências de inclusão na escola e em Unidades de informação.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal do Pará)	Acessibilidade Informacional e Ciência da Informação: Acessibilidade na Sociedade da Informação. Acessibilidade , evolução dos conceitos e leis. Tecnologias assistivas potencializando a comunicação. Acessibilidade e políticas de inclusão no Brasil. Acessibilidade no âmbito da Ciência da Informação. Acessibilidade em bibliotecas, com enfoque para a e- acessibilidade bibliotecas. A biblioteca e as demandas atuais de acesso a diferentes perfis de usuários. Acessibilidade em museu: instrumentos e políticas institucionais que possibilitam o acesso e o uso da informação para diversos públicos. Acessibilidade e o uso da informação arquivística. As novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à acessibilidade .
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal de Pernambuco)	Informação, Memória e Sociedade: A disciplina apresenta elementos para a compreensão acerca da evolução dos sistemas de informação e documentação na sociedade. A História, as Ciências Sociais, os Estudos Culturais e as Tecnologias contribuem para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação e proporcionam diálogos atualizados sobre o lugar, a acessibilidade , e a socialização desenvolvidos no campo da produção, da preservação e da memória, da circulação, da distribuição, da inovação e do uso da informação.

Fonte: adaptado de Henriques *et al.*, 2024.

Pode-se perceber que, dos programas que oferecem disciplinas relacionadas a acessibilidade e inclusão, 04 estão na região nordeste, 01 está na região norte e 01 está na região sul do Brasil, vale sinalizar aqui que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) a região nordeste tem a maior porcentagem de pessoas com deficiência, cerca de 5,8 milhões ou seja 10,3%, e nas outras regiões a porcentagem é 8,8% na região Sul, 8,6% na região Centro-Oeste, 8,4% na região Norte e 8,2% na região Sudeste (Gomes, 2023).

Em relação às disciplinas que abordam este tema, percebe-se que em 04 o tema não está completamente voltado para as práticas, conceitos, teorias e estratégias de acessibilidade e inclusão. Apenas em 02 disciplinas pode-se perceber que a temática é trabalhada de forma completamente direcionada a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências. Nota-se também que todos esses programas são de mestrado e doutorado acadêmico.

Portanto, é de suma importância que as instituições de ensino superior brasileiras revisem e atualizem seus currículos acadêmicos para incluir mais disciplinas que abordem a acessibilidade e inclusão, a fim de formar profissionais conscientes e capacitados para promover bibliotecas verdadeiramente inclusivas, que atendam a todas as comunidades de maneira igualitária. Uma vez que, o número de pessoas com alguma deficiência no Brasil é de 18,6 milhões de pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Gomes, 2023).

A análise dos currículos dos programas de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e em Gestão de Sistemas de Informação; Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação, oferecidos por instituições portuguesas — incluindo a Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e o Instituto Universitário de Lisboa— revelou que não há disciplinas específicas voltadas para os temas de acessibilidade e inclusão. Isso demonstra uma lacuna significativa na formação continuada de profissionais, que deixam de contemplar, de forma explícita e estruturada, questões fundamentais para a promoção de uma sociedade mais equitativa e informacionalmente acessível.

5 Considerações Parciais ou Finais

No que se refere aos objetivos específicos desta pesquisa, constatou-se que o primeiro objetivo que consistiu em analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação das universidades de Portugal, foi plenamente cumprido. Essa análise revelou a ausência total de disciplinas que tratem diretamente os temas da acessibilidade e da inclusão nas grades curriculares das instituições avaliadas.

O segundo objetivo, voltado para a análise das ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais brasileiras, também foi alcançado. Os resultados indicaram que, embora algumas instituições contemplem conteúdos relacionados à acessibilidade e inclusão, esses temas ainda aparecem de forma esparsa e fragmentada, não constituindo um eixo estruturante na formação oferecida.

No entanto, o terceiro objetivo, que previa a comparação entre os currículos brasileiros e portugueses, não pôde ser atendido de maneira efetiva. Diante da inexistência de disciplinas específicas sobre acessibilidade e inclusão nos programas de pós-graduação de Portugal, o que inviabilizou um cotejo equilibrado e aprofundado entre os dois países. Destacando um significativo hiato formativo em Portugal.

Por fim, o quarto objetivo, que propunha discutir os desafios formativos a partir das competências interdisciplinares exigidas pela Ciência da Informação, foi plenamente atingido. A partir de uma reflexão crítica, tornou-se evidente a necessidade urgente de incorporar abordagens éticas, estratégicas e inclusivas na formação dos profissionais da área. Essa constatação reforça a importância de repensar e reorganizar os currículos de pós-graduação, a fim de assegurar a qualificação de bibliotecários capazes de promover práticas profissionais inclusivas, socialmente

responsáveis e alinhadas com os desafios contemporâneos da equidade informacional.

Dessa forma, o presente estudo evidenciou lacunas significativas na formação de bibliotecários no Brasil e em Portugal no que diz respeito à acessibilidade e inclusão na pós-graduação. A análise das ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação revelou uma carência de disciplinas que abordem de forma sistemática as necessidades das pessoas com deficiência, a integridade informacional e as práticas inclusivas em bibliotecas. Essa ausência compromete a atuação dos profissionais, resultando em bibliotecas despreparadas para garantir equidade no acesso à informação.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na formação desses profissionais, articulando conhecimentos da Biblioteconomia com campos como a Ética Informacional (Capurro, 2007), a Gestão Estratégica da Informação (Tarapanoff, 2004) e os Estudos da Deficiência (Pletsch, 2019). A inclusão não se limita à remoção de barreiras físicas ou tecnológicas, mas exige competências críticas para lidar com desafios contemporâneos, como a desinformação, a mediação de conflitos cognitivos e a governança de dados acessíveis.

Como limitações do estudo, destacam-se:

- a) O escopo da pesquisa bibliográfica, restrito a artigos disponíveis gratuitamente, o que pode ter deixado de incluir contribuições relevantes de bases de dados com acesso pago;
- b) A análise centrada em ementas de disciplinas, sem aprofundamento em como os conteúdos são efetivamente ministrados ou aplicados na prática profissional;
- c) A ausência de entrevistas com coordenadores de programas ou estudantes, que poderiam enriquecer a discussão sobre as percepções e desafios na implementação de currículos inclusivos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se:

1. Ampliar a amostra, incluindo programas de pós-graduação de

outros países, especialmente aqueles com políticas avançadas de acessibilidade, como Canadá e Espanha;

2. Investigar a percepção de discentes e docentes sobre a adequação dos currículos às demandas sociais, utilizando métodos mistos (questionários e entrevistas);
3. Explorar modelos de disciplinas interdisciplinares, como módulos conjuntos com cursos de Educação Especial, Direitos Humanos ou Tecnologia Assistiva;
4. Mapear boas práticas em bibliotecas universitárias e públicas que tenham implementado serviços acessíveis, analisando como a formação dos profissionais influenciou esses resultados.

Por fim, este trabalho reforça o papel da Ciência da Informação como campo estratégico para a construção de sociedades inclusivas. A formação de bibliotecários deve transcender aspectos técnicos, incorporando uma visão crítica e ética que os prepare para atuar como agentes de transformação social. Espera-se que os achados aqui apresentados inspirem novas pesquisas e políticas curriculares que coloquem a acessibilidade e a inclusão no centro da agenda acadêmica e profissional.

A presente pesquisa evidenciou uma lacuna significativa na formação de bibliotecários e cientistas da informação no que tange à acessibilidade e à inclusão, especialmente nos programas de pós-graduação.

Em Portugal, a análise dos currículos dos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação evidenciou a ausência completa de disciplinas que abordem, de forma direta, a acessibilidade e a inclusão. Os cursos avaliados, vinculados à Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), não apresentam, em suas estruturas curriculares, qualquer componente que contemple essas temáticas.

No Brasil (ver **Quadro 1**) embora o cenário revele alguns avanços pontuais, os dados levantados mostram que apenas seis programas de pós-graduação abordam os temas da acessibilidade e da inclusão informacional, seja de forma direta ou transversal. São eles: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB-JP), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esses programas possuem conceitos CAPES entre 3 e 5, o que indica que o comprometimento com a acessibilidade não está necessariamente atrelado à nota máxima de avaliação, mas sim à sensibilidade das instituições e de seus corpos docentes.

A ausência quase generalizada de componentes curriculares dedicados à acessibilidade, tanto em Portugal quanto na maioria dos programas brasileiros, ratifica a necessidade de repensar a formação acadêmica oferecida nos cursos de pós-graduação.

Sugere-se, como desdobramento deste estudo, aprofundar a análise nos cursos de graduação em Biblioteconomia nos dois países, a fim de verificar se a ausência de disciplinas voltadas à acessibilidade e à inclusão informacional é uma lacuna restrita à formação continuada ou se já se manifesta na formação inicial, comprometendo, desde as bases, a qualificação crítica e socialmente responsável dos futuros profissionais.

Dessa forma, a pesquisa reforça a urgência de incorporar, de forma estruturada, conteúdos sobre acessibilidade informacional nos currículos da pós-graduação em Ciência da Informação. Tal inclusão deve ser entendida não como um complemento, mas como um eixo formativo essencial. Só assim será possível formar bibliotecários e demais profissionais da área capazes de atuar com ética, criticidade e responsabilidade social, promovendo a equidade no acesso à informação e contribuindo, de maneira concreta, para a

construção de bibliotecas mais inclusivas, diversas e humanizadas.

Referências

- Barbosa, N. P. (2016). Inclusão de pessoas com deficiências intelectuais em bibliotecas públicas: o caso da Biblioteca de São Paulo. [Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação]. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bersch, R. (2012). Tecnologia assistiva: recursos e serviços para a inclusão. APTA.
- Bernardino, M. C. R., & Suaiden, E. J. (2011). O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16 (4), 29–41. <http://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22743>
- Bi, T., Xia, X., Lo, D., Grundy, J., Zimmermann, T., & Ford, D. (2021). Accessibility in software practice: a practitioner's perspective. *ArXiv preprint*. <https://arxiv.org/abs/2103.08778>
- Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Org.), *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação* (pp. 17–38). Thesaurus.
- Brasil. (2015, 6 julho de 2015). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Presidência da República.
- Brasil. (2022). Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Acessibilidade. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/acessibilidade>
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *Brasil tem* 18, 6

- milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>
- Brito, R. G. (2023). Acessibilidade e inclusão em bibliotecas universitárias públicas brasileiras: Contribuições para o acesso à informação por pessoas com deficiência [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba.
- Bueno, A. S., & Santos, M. O. (2019). A biblioteca inclusiva como espaço de democratização da informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 24 (1), 124–140.
<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1451>
- Capurro, R. (2007). Ética intercultural da informação. *Ciência da Informação*, 36 (3), 35–43.
<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v36i3.314>
- Castells, M. (2009). *A sociedade em rede* (6ª ed.). Paz e Terra.
- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. (Orgs.). (2009). *Deficiência e inclusão: uma perspectiva multidisciplinar*. Global Editora.
- Dudziak, E. A. (2003). A biblioteca pública como espaço de inclusão digital: Uma proposta de mediação da informação [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
<https://doi.org/10.11606/D.27.2003.tde-22032004-152701>
- Dutra, A., *et al.* (2015). The construction of knowledge from the scientific literature about the theme seaport performance evaluation. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 64 (2), 243–269.
- Filgueira, B. L. A., Barros, A. C., Silva, E. R., & Lazzarin, F. A. (2018). Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência no contexto do ensino superior na Universidade Federal do Cariri, Folha de Rosto, 4 (esp.), 1-18.
<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/352>
- Floridi, L. (2010). *Information: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Freitas, D. C. (2017). *Acessibilidade e inclusão no ensino superior: desafios e possibilidades*. Appris.
- Galvão, G. R., & Ribeiro, F. G. (2014). Formação do bibliotecário e acessibilidade informacional: uma análise da matriz curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. *Informação & Informação*, 19 (1), 133–153.
<https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p133>
- Garland-Thomson, R. (2002). The politics of staring: visual rhetorics of disability in popular photography. *Disability Studies Quarterly*, 22 (2), 56–75.
- Glat, R., & Blanco, R. N. (2007). Políticas de educação inclusiva no Brasil e na América Latina: avanços e desafios. *Revista Educação Especial*, 20 (30), 365–381.
- Gomes, Irene. (2023, 24 de agosto). Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agência IBGE - notícias.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>
- Henriques, C. S. (2023). *Inclusão nas bibliotecas: uma investigação na cidade Rio de Janeiro* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].

- Henriques, C. S., *et al.* (2024, 1-3 de julho). Acessibilidade e inclusão: um estudo sobre a formação da(s) pessoa(s) bibliotecária(s). Em Silva, C. G., Revez, J., & Corujo, L. (Coords.), *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC* (pp. 325–332). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mack, K., McDonnell, E., Jain, D., Lu Wang, L., Froehlich, J. E., & Findlater, L. (2021). What do we mean by “Accessibility Research”? A literature survey of accessibility papers in CHI and ASSETS from 1994 to 2019. arXiv preprint. <https://arxiv.org/abs/2101.04271>
- Maior, I. M. L. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2). <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Educação inclusiva: em busca de uma escola para todos*. Petrópolis: Vozes.
- Marchand, D. A., & Horton, F. W. (1986). *Infotrends: Profiting from your information resources*. New York: Wiley.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª ed., 3ª reimp.). São Paulo: Atlas.
- Nações Unidas. (2023). *Informe de política para a nossa agenda comum: integridade da informação nas plataformas digitais*. Nações Unidas. https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf
- Neri, M. (2017). Inclusão e acessibilidade em bibliotecas universitárias: Caminhos para a democratização da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13 (1), 95–110. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/823>
- Oliveira, D. A., & Anache, A. A. (Orgs.). (2019). *Educação superior inclusiva: políticas, práticas e reflexões*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Oliveira, L. P. de, & Ferreira, M. M. (2017). A formação do bibliotecário frente à acessibilidade: análise das grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia do Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22 (1), 118–134. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2479>
- Organização das Nações Unidas - ONUBR (2013). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Pletsch, M. D. (2019). O modelo social da deficiência: uma abordagem crítica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25 (3), 379–394. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000300004>
- Portugal. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planejamento. (2023, 27 de novembro). *Indicadores sobre a deficiência e incapacidade*. <https://www.gep.mtsss.gov.pt/documentos/10182/80545/Indicadores+sobre+a+Defici%C3%Aancia+e+Incapacidade+-+Contributo+para+a+ENIPD+2021-2025.pdf>
- Rocha, C., & Santana, V. H. (2018). *Acessibilidade: práticas culturais e tecnologia assistiva para a cidadania*. Universidade Federal de Goiás.
- Santos, M. C. C., & Almeida, A. F. M. (2020). Tecnologias assistivas e bibliotecas universitárias: contribuições à acessibilidade informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16 (3), 33–52. <https://doi.org/10.36311/1980-5144.2020.v16n3.03.p33>
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. WVA.

- Silva, A. C., & Ribeiro, M. A. (2021).
Desinformação, bibliotecas e ética
profissional: um olhar da Ciência da
Informação. *Perspectivas em Ciência da
Informação*, 26 (3), 154–172.
<https://doi.org/10.1590/1981-5344/6181>
- Tarapanoff, K. (2000). *Gestão da informação e
do conhecimento: fundamentos e
práticas*. Universidade de Brasília.
- Tarapanoff, K. (2004). O perfil do profissional
da informação na sociedade do
conhecimento. *Ciência da Informação*, 33
(1), 58–63.
- Thompson, K. M., Singh, N. (2019).
Accessibility and inclusion in libraries:
Bridging the digital divide. *Library Hi
Tech*, 37 (2), 222-233.
<https://acesse.dev/rzGlf>
- Wellichan, D. S. P., & Aquino, C. C. (2024). Ser
incluído e incluir: os dois lados de uma
história. *Revista Bibliomar*, 23 (2), 1–9.
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/24053>
- Zallio, M., & Ohashi, T. (2022). The evolution
of assistive technology: a literature review
of technology developments and
applications. *arXiv preprint*.
<https://arxiv.org/abs/2201.07152>